

Especial

João Carlos Paes Mendonça, ex-proprietário do Bompreço, se desfaz da Frutivale **Página B11**Prefeitura de São Paulo está preparando o edital para contratar uma auditoria externa **Página A7**

Saúde Abandono de maternidade pela prefeitura mostra deterioração dos serviços na maior cidade do país

Crise em hospital é retrato do caos em SP

Ricardo Balthazar
De São Paulo

Todos os dias, mais de duas dezenas de mulheres grávidas batem à porta do Hospital Municipal da Vila Nova Cachoeirinha, administrado pela prefeitura de São Paulo. Na rede de saúde pública da cidade, a instituição é a única especializada no atendimento a gestações de alto risco e bebês prematuros. Mas a maioria das mulheres vai embora depois de passar algumas horas no lugar. De cada cinco, apenas uma consegue vaga para internação.

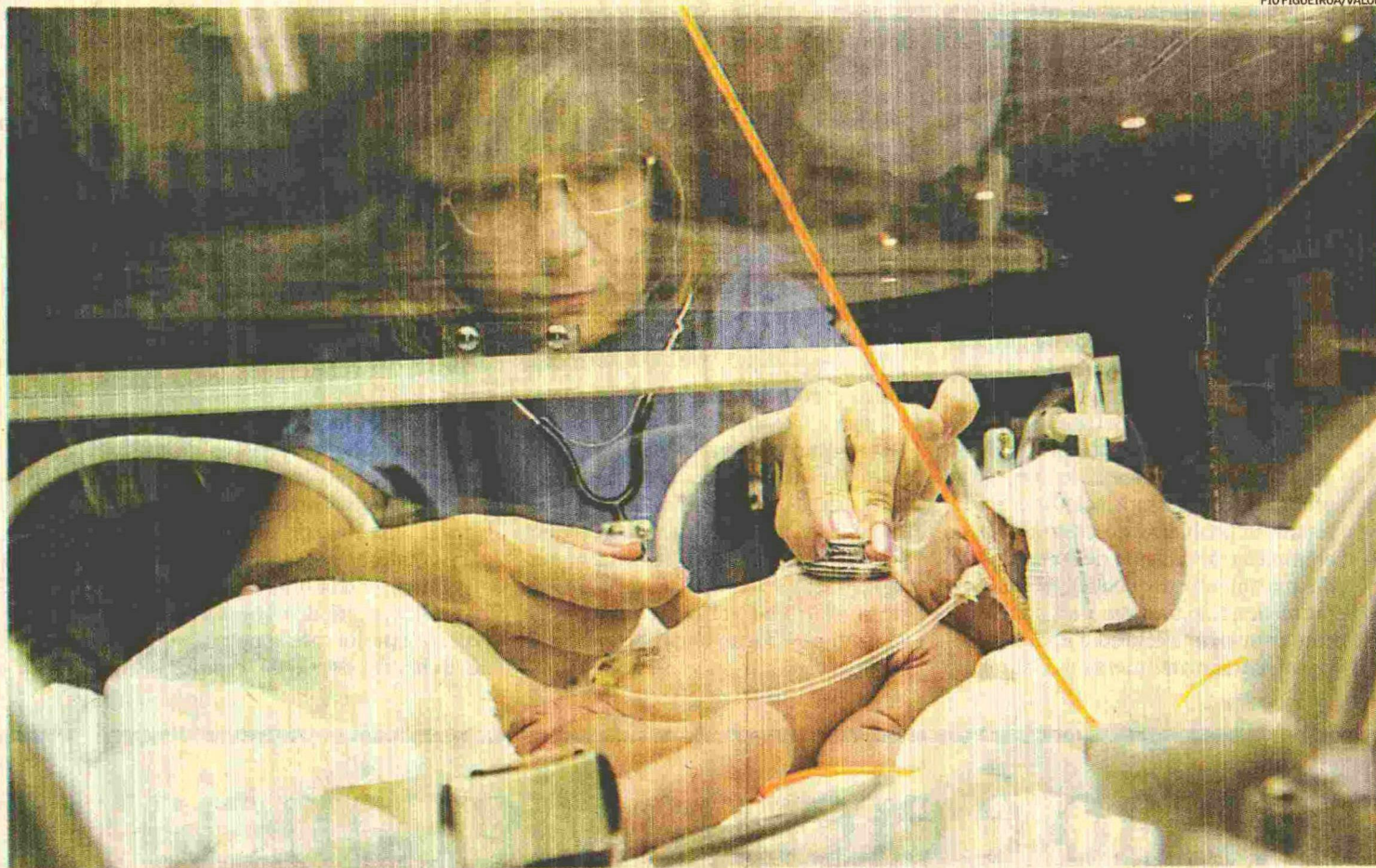
Considerado um modelo de atenção à saúde da mulher até alguns anos atrás, o hospital está em escombros. Ele é uma amostra do estrago que a crise financeira da prefeitura provocou na estrutura de serviços públicos da maior cidade do país. "Trabalhamos com margem de segurança mínima e por isso não atendemos todo mundo", diz o diretor do hospital, José Carlos Riechelmann. "Não podemos arriscar."

Os médicos reduziram o atendimento porque não têm remédios, equipamentos e infraestrutura adequada para trabalhar. Quando o lugar funcionava bem, eles faziam até 700 partos por mês, sete vezes mais do que hoje. No berçário de alto risco, só dá para atender quatro bebês prematuros ao mesmo tempo. As vagas para internação e recuperação das mulheres após o parto foram reduzidas a um terço.

Na ausência de condições ideais, trabalha-se na base do improviso. Os monitores que acompanham a respiração e os batimentos cardíacos das mulheres durante o parto funcionam mal e às vezes apitam sem motivo. Não é possível confiar neles. A maior parte das incubadoras que eram usadas para cuidar dos prematuros está quebrada, à espera de conserto. Papel higiênico e sabonete, só trazendo de casa.

Problemas dessa natureza são comuns em hospitais públicos, mas a situação da maternidade da Vila Nova Cachoeirinha é especialmente delicada. Inaugurada no início da década de 70, ela foi criada para ser um centro de referência na área de saúde da mulher e no tratamento de gestações complicadas. Ela também é um hospital-escola, com a missão de formar alunos de várias faculdades de medicina da cidade.

Sua especialidade é ajudar grávidas que têm hipertensão ou doenças como diabetes, e salvar a vida de bebês que nascem pesando pouco mais de meio quilo. Os médicos mais antigos lembram-se de uma vez em que uma mulher veio do Chile e desembarcou ali de helicóptero para ser atendida numa emergência. Hoje, muitos hospitais da região desis-

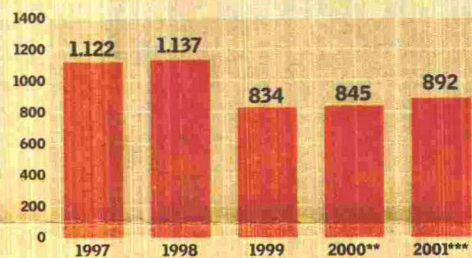


Funcionária do Hospital da Vila Nova Cachoeirinha cuida de bebê prematuro: atendimento reduzido por falta de estrutura que dê segurança aos médicos

Fundo do poço

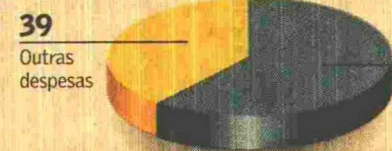
Os gastos com saúde na maior cidade do país

O orçamento da prefeitura encolheu...
Despesas com saúde, em R\$ milhões*

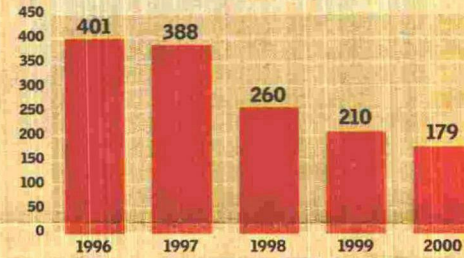


Fontes: Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Saúde e Valor Pesquisa Econômica *Valores deflacionados pelo IGP-DI **Estimativa *** Previsão

... o grosso do dinheiro ficou com cooperativas...
Repasse para o PAS em 2000, em % do orçamento



... e o atendimento na rede pública caiu
Partos por mês no Hospital da Vila Nova Cachoeirinha



tiram de encaminhar para lá alguns casos, porque sabem que dificilmente serão recebidos.

A situação do hospital piorou muito depois de junho de 1999, quando um incêndio destruiu o berçário. Foi um momento dramático na história do lugar. Nada funcionou quando os médicos que estavam de plantão tentaram controlar o fogo. Não saía água das mangueiras e os extintores estavam vazios. Graças ao heroísmo dos funcionários, nenhum paciente se machucou e todos os bebês foram salvos.

Até hoje são desconhecidas as causas do incêndio, mas provavelmente ele foi provocado por um curto-circuito na rede elétrica. Antes do fogo, o hospital sofreu três blecautes na mesma noite. O incêndio obrigou a direção do hospital a desativar um dos dois prédios em que a instituição funcionava. Desde então ele está em obras. Só o andar do berçário está pronto. Em dezembro, ele foi reinaugurado com

feita pelo ex-prefeito Celso Pitta (PTN). Mas não há equipamentos para que o novo berçário seja usado e as obras nos outros andares do prédio mal começaram.

A destruição de metade do hospital e a demora para reformá-lo contribuíram de forma decisiva para reduzir a capacidade de atendimento da maternidade. Mas as coisas já iam mal antes do acidente. "O hospital vinha sendo sucateado há muito tempo", diz o médico Reinaldo Wady Farah, chefe de um dos plantões do lugar. "O incêndio acabou servindo como desculpa para justificar todos os nossos problemas."

Um ano e meio antes do fogo, uma infecção matou 12 recém-nascidos em menos de três meses. A unidade de terapia intensiva para onde vão os bebês que precisam de maiores cuidados estava superlotada. Num surto anterior, ocorrido na semana do Natal de 1993, seis bebês morreram por causa de uma bactéria que se espalhou no berçário.

Controlar a infecção hospitalar é difícil até nas melhores instituições privadas, e bebês prematuros são naturalmente mais vulneráveis a doenças. Isso significa que muitas vezes não há o que fazer em hospitais como o da Vila Nova Cachoeirinha, mas há sinais de que o abandono do lugar pela prefeitura piorou muito as coisas. A última medição feita indicou uma taxa de infecção de 50% na UTI dos bebês, acima da média de outros hospitais.

Muitas das dificuldades enfrentadas pela instituição são produto da crise que a prefeitura tem atravessado. Mas os médicos que trabalham na Vila Nova Cachoeirinha acham que a falta de recursos não basta como explicação. Eles acreditam que houve nos últimos anos um esforço deliberado para asfixiar o hospital.

Teria sido uma maneira de punir os médicos por terem impedido a integração da maternidade ao Plano de Assistência à Saúde (PAS), o ambicioso programa

lançado em 1996 pelo ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) e mantido por seu sucessor, Pitta. O hospital da Vila Nova Cachoeirinha foi o único da rede administrada pela prefeitura que ficou fora do PAS.

O PAS é um sistema em que hospitais, postos de saúde e funcionários são administrados por cooperativas privadas formadas pelos médicos, que recebem dinheiro da prefeitura para tocar o serviço. A idéia por trás do sistema é criar um modelo ágil e flexível, que permita contratar gente e comprar materiais e equipamentos sem enfrentar a burocracia da administração pública.

Para que o PAS começasse a funcionar, médicos e funcionários tiveram que se licenciar da prefeitura e assinar contratos com as cooperativas, onde perdiam vantagens como a estabilidade no emprego mas, em troca, passavam a ganhar salários melhores. Em geral, os que recusassem a troca eram removidos para longe de seus locais de trabalho.

Mas no hospital da Vila Nova Cachoeirinha esse tipo de pressão não surtiu efeito. A maioria foi contra a mudança desde o início.

O resultado foi que a prefeitura administrou o lugar a contragosto durante quase cinco anos. "Eles queriam transformar isto aqui num hospital-geral para torná-lo mais atraente para as cooperativas", diz Riechelmann, há uma semana na direção. Para cortar custos, a prefeitura terceirizou os serviços de limpeza, vigilância e alimentação. Os contratos engolem hoje dois terços do orçamento do hospital.

Enquanto a maternidade da Vila Nova Cachoeirinha definhava, o PAS se transformava num gigantesco fiasco. Agindo com grande autonomia e praticamente sem nenhum controle, as cooperativas viraram um ralo de dinheiro público. Há dezenas de contratos suspeitos sob investigação, médicos e funcionários com salários atrasados e falta de remédios e equipamentos.

Desmontar o PAS e retomar o controle sobre o sistema é a tarefa mais complexa que o novo secretário da Saúde, o petista Eduardo Jorge, terá pela frente neste ano. O PAS recebeu no ano passado 61% do orçamento da secretaria. Há nas cooperativas 5 mil funcionários da prefeitura e 12 mil contratados depois da mudança. Dispersos na máquina administrativa, há 10 mil servidores que não aderiram ao PAS.

Jorge espera arrumar a bagunça em até sete meses. Nos últimos dias, ele começou a agir pondo gente de sua confiança para fiscalizar as cooperativas e mandando cortar despesas como o pagamento de jtons aos médicos pela participação em reuniões de direção das cooperativas. Ele ainda estuda a melhor maneira de absorver os 12 mil funcionários das cooperativas que não são da prefeitura.

O plano de Jorge é fazer a coisa com prudência. Em vez de intervir bruscamente nas cooperativas e tirar o talão de cheques da mão de seus diretores, ele quer promover uma transição mais suave. "Não vamos perseguir ninguém que esteja trabalhando honestamente e não podemos causar mais transtornos no sistema do que os que já existem", diz.

Desde a criação do PAS, as cooperativas receberam da prefeitura cerca de R\$ 7 bilhões. Jorge tomou posse há duas semanas e já foi avisado de que elas gostariam de discutir uma dívida de R\$ 200 milhões que o município teria com elas. O novo secretário não está interessado. Nos próximos dias ele pretende contratar uma auditoria para examinar com lupa as contas das cooperativas. Os desvios encontrados serão levados ao conhecimento da Justiça.